
A Importância do enfoque transdisciplinar na aplicação de modelos de desenvolvimento: o exemplo do Projeto Maradi no Níger

Cláudio Eduardo de Castro*
Edison Archela*
Nilza Aparecida Freres Stipp**

Resumo

A transdisciplinaridade é uma abordagem metodológica científica alternativa à superação dos paradigmas vigentes de uma análise mais reducionista, puramente disciplinar. A finalidade da transdisciplinaridade é tentar uma nova abordagem, aberta, que evolua constantemente, através da observação, recolocando o homem no centro das suas próprias preocupações. Porém, longe dos desvios gnósticos (atualmente designado por Nova Era e Gaia), que obscurecem, tanto a maneira de se fazer ciência, quanto ao refletir na espiritualidade humana; levando aos descaminhos da procura por respostas concretas, no abstrato fictício, e de verdades, nos vazios do pensar néscio.

O presente trabalho procura mostrar a necessidade desse tipo de abordagem, utilizando-se para tanto, de uma análise crítica à aplicação de um programa de desenvolvimento agrícola, formulado pelo Banco Mundial, numa região da República do Níger, marcada por problemas climáticos-ambientais e com longo histórico sociocultural.

Palavras-chave: Transdisciplinaridade, Novos Paradigmas, Projeto Maradi, Níger, Desenvolvimento.

THE IMPORTANCE OF APPROACH TRANSDISCIPLINAR IN THE APPLICATION OF DEVELOPMENT MODELS: THE EXAMPLE OF MARADI PROJECT IN THE NÍGER

Abstract

The transdisciplinaridade is an scientific methodological approach alternative to the overcome of the effective paradigms of an analysis more reductionist, purely to discipline. The purpose of the transdisciplinaridade is to try a new approach, open, that it constantly develops, through the observation, putting back the man in the center of its own concerns. Even so, far away from the deviations Gnostics (now designated for New Wave and Gaia), that they obscure, so much the way to do science, with relationship when contemplating in the human spirituality; taking to the descaminhos of the search for concrete answers, in the abstract fictitious, and of truths, in the emptiness of thinking ignorant.

The present work tries to show the need of that approach type, being used for so much, of a critical analysis to the application of a program of agricultural development, formulated by the World Bank, in an area of the Republic of Niger, marked by climatic-environmental problems and with long historical sociocultural.

Keywords: Transdisciplinaridade, New Paradigms, Maradi Project, Niger, Development.

*Aluno do curso de mestrado em Geografia, Meio Ambiente e Desenvolvimento do Departamento de Geociências do Centro de Ciências Exatas da Universidade Estadual de Londrina – UEL.

**Professora no Programa de pós-graduação em Geografia, Meio Ambiente e Desenvolvimento do Departamento de Geociências do Centro de Ciências Exatas da Universidade Estadual de Londrina – UEL

INTRODUÇÃO

As ciências, cada vez mais avançadas na detecção e compreensão dos mistérios do universo, têm se tornado cada vez mais complexas e necessariamente multidisciplinares para o perfeito conhecimento do âmago em suas metas. A principal característica no enfoque das ciências é a visão disciplinar do fazer, cuja conseqüência, via de regra, tende à sua subdivisão, em inúmeras vezes. Neste caminho, os especialistas são meticulosamente “preparados” em suas especificidades, para logo serem substituídos por novos especialistas, uma vez que novas demandas são geradas. Esse paradigma disciplinar levou-nos a um incrível desperdício e, por vezes, a uma obsolescência do conhecimento acumulado.

Ubiratan D’Ambrósio tenta formular uma resposta ao problema do erro desse paradigma, reestruturando os momentos históricos de construção do conhecimento, de certa forma das idéias prevaletentes, esperando encontrar

[...]nesse mergulho necessariamente transdisciplinar, nas tradições do passado e do presente[...]os elementos para propor uma nova conceituação de ciência e termos certeza que o potencial criativo da espécie nos permitirá atingir uma existência mais digna, num mundo mais justo, feliz e impregnado de amor[...] (D’AMBRÓSIO, 1999).

É necessário, pois, uma nova forma de se observar e se produzir ciência, e esta forma é a transdisciplinaridade.

Nicolescu (*apud* D’AMBRÓSIO, 1999) aprofunda essa visão, afirmando que ela consiste “no encontro da ciência moderna com a Tradição” - diferente de tradição, como antigas formas de ciência, ou como a tradição renascentista, esta vem exatamente de seu termo em latim *tradere*: ato de transmitir ou remeter. É remeter, isto sim às tradições que por séculos se esforçaram em explicar o universo; “*diz respeito à transmissão de um conjunto de conhecimentos sobre a evolução do homem*”; sua posição nos diferentes cenários (histórico, político, econômico) e suas relações com os diferentes ambientes. Para aquele autor a ciência não pode constituir, por si só, uma sabedoria, pois não contempla os vários aspectos da

realidade, ela apenas auxilia, dividindo a descoberta do saber interior e a descoberta na “corporeidade” dos sistemas naturais entre a Tradição e a Ciência, respectivamente.

Crema afirma que a transdisciplinaridade é um avanço além da *inter, pluri e multidisciplinaridade*, que já se incorporaram às ciências, mas não apenas integram os ramos do conhecimento, ela transcende o enfoque de disciplina e “*reata a ligação entre os ramos da ciência com os caminhos vivos de espiritualidade*” (Crema,1989). Ela é fundamentada nas melhores competências, mas não relegada a um só homem, sendo mister, constituírem-se centros transdisciplinares, com especialistas de diversas áreas e autonomia.

Vemos que a transdisciplinaridade não nega a disciplina, mas a convoca para uma superação da parcialidade do fragmento a que está relacionada, ou seja a disciplina.

A finalidade é tentar uma nova abordagem, aberta, que evolua constantemente, através da observação, recolocando o homem no centro das suas próprias preocupações; porém, longe dos desvios gnósticos (atualmente designado por Nova Era ou Gaia), que obscurecem, tanto, a maneira de se fazer ciência, quanto, ao refletir na espiritualidade humana; levando aos descaminhos da procura por respostas concretas no abstrato fictício, e de verdades nos vazios do pensar néscio.

Sob essa ótica, o presente trabalho procura mostrar os aspectos conflitantes emergentes na implementação de um programa de desenvolvimento agrícola numa região da República do Níger, marcada por problemas climáticos-ambientais e com longo histórico sociocultural.

PALCO DA IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO MARADI

A área do projeto corresponde a quatro cidades ao sul de Maradi (figura 01) que conta com 700.000 habitantes (inclusive os 77.000 habitantes da cidade de Maradi) distribuídos em 1.253 aldeias. A densidade populacional dessa região é elevada: 45 hab/km², em média, com setores que ultrapassam 100 hab/km².

O abastecimento de alimentos é precário. Em 1984/1985, Maradi apresentava um déficit de 54.000 ton. de cereais e 41.000 ton. em 1987/1988.

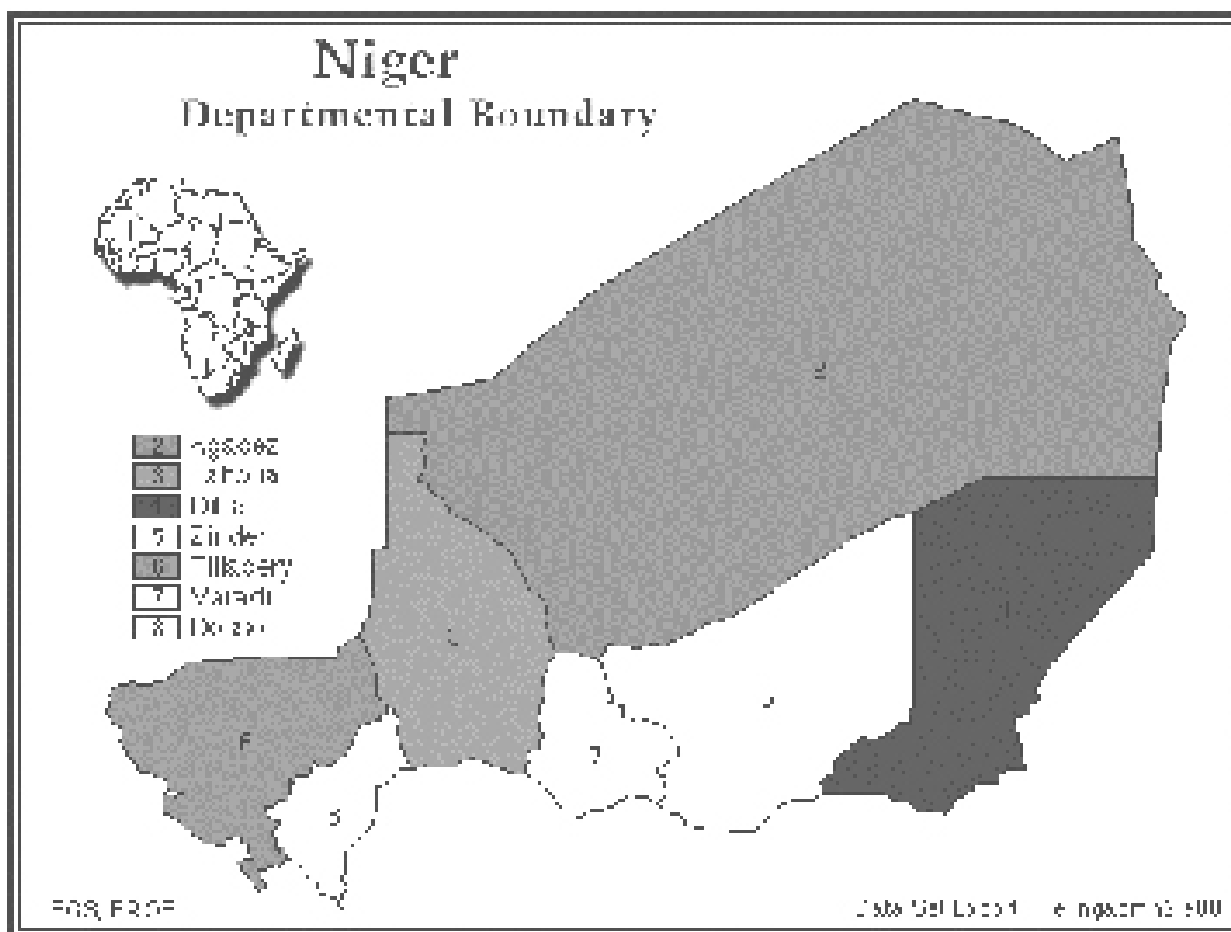


Figura 01: Divisões administrativas da República do Níger

FONTE: Glasber, 2003. - ORG: Ferreira, S. C.

Fonte: www.unesco.org/delegates/niger.

A atual crise econômica e social é devida em grande parte à diminuição da pluviosidade (300 a 400 mm de 1980 a 1987). As produções agrícolas estão em regressão e os recursos tornaram-se escassos; levando à uma descapitalização dos trabalhadores rurais (venda de material, de gado e às vezes de terra), os quais, encontram-se num estado de grande pobreza.

CONCEPÇÃO E OBJETIVOS DO PROJETO MARADI

O Projeto Maradi foi financiado pelo Banco Mundial, durante nove anos, com valor médio de 01 bilhão de francos anuais. Foi implementado em julho de 1976 e tornou-se operacional em 1977 (essa fase foi posteriormente denominada Projeto Maradi I).

O objetivo principal era incrementar a produtividade de culturas pluviais. Para atingir esse objetivo, a intervenção foi organizada em quatro

temas técnicos: uso de sementes selecionadas, tratamento de sementes, semeadura densa e uso de quantidades recomendadas de fertilizantes. Os objetivos secundários eram: o preparo do solo, a manutenção das culturas e o arado de tração animal. Essas técnicas foram popularizadas através da seleção feita entre os camponeses que obtiveram treinamento de um ano nos Centros de Promoção Rural (CPRs).

Com esses objetivos o Projeto Maradi tinha como meta, a elevação das rendas agrícolas dos agricultores da área enfocada, graças a um crescimento da produção das culturas pluviais em 16.000t para os 2.600 agricultores, devido à introdução da irrigação.

As medidas adotadas foram:

- Disseminação de métodos de melhoramento agrícola nas zonas de culturas pluviais;
- Capacitação de pessoal para popularização e adoção do Sistema de Formação e Visitas adaptado às condições locais;

- Crédito agrícola para a compra de equipamentos e materiais agrícolas;

- Planejamento para crescimento da área irrigada em 740 ha;

- Construção e capacitação de um centro de irrigação, construção de um novo Centro de Promoção Rural (CPR) e edifícios adicionais destinados a aumentar 19 CPRs como também o Centro de Formação existente.

Em 1984, o Projeto se expandiu dentro de novas orientações: os CPRs foram fechados, a diversidade das áreas delimitadas para a intervenção foi reconhecida e uma política de zoneamento foi introduzida. Uma abordagem que tinha como base a aldeia, foi desenvolvida e organizada com base em pesquisa e desenvolvimento. Essa reorganização, entretanto, não produziu os resultados esperados pelos agentes financiadores (a organização estatal francesa *Caisse Centrale de Coopération*, estava envolvida nessa época) e o experimento foi interrompido em abril de 1988.

Desde 1983, uma reordenação do projeto decidiu considerar as novas orientações do Seminário de Zinder (novembro de 1982) e limitar os lucros do Estado. Para tanto, aos objetivos iniciais do projeto, foram adicionados dois novos objetivos:

- Promover o envolvimento das populações na produção de um verdadeiro desenvolvimento de base;
- Preservar o potencial natural de produção.

A reordenação do projeto imprimiu, a partir desse momento, um caráter inovador, substituindo as intervenções setoriais por uma aproximação integrada de desenvolvimento. As ações clássicas foram transferidas aos serviços departamentais de agricultura, e só as ações inovadoras são preservadas pelo projeto:

- Um programa de Desenvolvimento de Pesquisa (R/D) é posto em ação;

- Um fundo de Promoção de Ações de Interesse Coletivo (PAIC) para o financiamento de micro-realizações geradoras de rendas, com envolvimento e responsabilidade das aldeias é instituído;

- A Unité de Suivi Evaluation (USE) é reforçada a fim de implementar as novas orientações e analisar os resultados obtidos;

- São experimentados novos métodos de formação, mais baratos, que deverão permitir um “alto enquadramento das populações das aldeias” substituindo o sistema anterior.

A GEOGRAFIA DO NÍGER

Localização, População e Economia

As fronteiras da República do Níger foram definidas pelos acordos franco-britânicos de 1904 e 1906. De território autônomo em 1901, o Níger tornou-se Território Militar em 1911, Colônia em 1922 e adquiriu sua independência em 3 de agosto de 1960.

A República do Níger é um país continental, situado na África Ocidental (figura 02), cujas fronteiras acham-se delimitadas com os seguintes países: Argélia a noroeste; Líbia a nordeste; Chade a leste, Nigéria ao sul; Benin e Burkina Fasso a sudoeste e Mali a oeste. Dista 680 km do Oceano Atlântico e 1.000 km da costa mediterrânea. Localiza-se entre as latitudes 11° 50 ‘ N e 23° 30 ‘ N (Trópico de Câncer) e longitudes 0° e 16° E, ocupando uma superfície de 1.267.000 km², dos quais, apenas 300 Km² são cobertos por águas e 26.000 Km² encontravam-se ocupados por florestas em 1995.

A população é composta por povos nativos Haoussa (ou Hauçás) que representam 56% da população nacional; Zerma (ou Djermas) 22%; Fulanis 9,0%, Touaregs (ou Tuaregues) 8%; Kanouri (ou Beri Beri ou Berberes) 4%; Peuls, Songhaï, Arab, Toubou, e Gourmantche 1% juntos. Os Tuaregues e os Peus são povos nômades, enquanto que os demais povos são sedentários. O idioma oficial é o francês, porém os dialetos nativos são muito presentes, como o tuaregue, hauça, djerma e fulani. No início do século XIX, a população foi “islamizada”, porém mantém até hoje crenças pagãs animistas. A religião dominante, portanto, é a muçulmana, com 89% de abrangência, sendo que as outras crenças tradicionais totalizam os 11% restantes da população.

Niamey é a capital do país, abrigando 391.876 habitantes, o que representa 10% da população nigeriana. Além da capital, outras 06 cidades de porte médio representam o Níger urbano (figura 03): Zinder com 119.827 hab., Maradi com 110.005 hab., Tahoua 49.048 hab., Agadez 32.272, Diffa e Dosso (censo de 1988), as quais sofreram um afluxo, resultante do êxodo rural, iniciado por períodos de seca, agravada nos anos 1970.

A população urbana atual perfaz 20% dos 10,7 milhões de habitantes (censo de 2000). A densidade populacional do país é de 9,02 hab./Km² e o crescimento demográfico girou em torno de 3,2%/ano (de 1995 a 2000), sendo a fecundidade ao redor de 6,84 filhos por mulher (1995-2000) e a expectativa de vida foi de 47 anos para os homens e 50 anos para as mulheres nos anos de 1995 a 2000. A taxa de mortalidade infantil esteve em 115‰ no mesmo período (1995 a 2000).

A taxa de instrução nacional é de 13%, sendo que cerca de 4.000 estudantes cursam o nível universitário em grandes escolas de Niamey. O índice de analfabetismo é de 84,3% (censo de 2000), e o I.D.H. (0-1) foi de 0,293 em 1998. O produto nacional bruto era 2,52 bilhões de dólares americanos em 1993 (1,8 bilhão em 1997), e a renda *per capita* era de 296 dólares americanos (US\$ 200 em 1997).

A descoberta de Urânio na década de 1970 provocou um ligeiro surto de crescimento, o qual declinou com o baixo preço do produto nos anos 1990. A democratização do país, a partir de 1993 tornou-se frágil. Aumentaram os combates na região nordeste do país e o governo reprimiu tentativas de golpe de Estado. Os ajustes econômicos impostos pelo FMI em 1994 geraram resistências e os credores externos, como ajuda humanitária, reduziram pela metade a dívida de Níger.

Os principais recursos da República do Níger provêm das seguintes atividades:

1. Agricultura: é especialmente alimentar (milho, sorgo, feijão-de-corda, batata, algodão, goma-arábica). Ha alguns anos, o desenvolvimento de culturas de entre-safras permitiram a disponibilização de legumes e frutas frescas. A orizicultura foi igualmente desenvolvida ao longo dos rios.

2. Pecuária: muito desenvolvida, e exclusivamente de forma extensiva. O rebanho é estimado em 3,3 milhões de bovinos, 6,3 milhões de caprinos e 350 mil camelinos.

3. Mineração: em particular, a exploração de urânio no oeste do Aïr, coloca o país como terceiro produtor mundial de urânio. O oeste do Aïr também possui uma mina de carvão e algumas explorações artesanais de cassiterita (mineral de estanho).

As áreas cultivadas ocupam 14,2% do território nacional. Os rendimentos são fracos, em geral, e o sistema de cultivo arcaico. Mais de 70% da população vive da agricultura.

As Grandes Paisagens do Relevo do Níger

O Níger ocupa uma vasta e antiga superfície aplainada, cuja altitude média encontra-se ao redor de 350 metros. Cerca de dois terços do território são ocupados pelo Deserto do Saara. O restante do território nigeriano situa-se em uma zona semidesértica denominada de Sahel. As terras cultiváveis, apenas 3% do total, vêm sofrendo acentuados processos de desertificação, resultado do desflorestamento e da agropecuária predatória.

O território nigeriano pode ser dividido em três grandes regiões:

1. Níger meridional: Constitui-se numa faixa longitudinal de 1.300 km de comprimento, situada junto às fronteiras meridionais, desde a Nigéria até Mali, com larguras não superiores a 200 km (englobando as cidades de Guigmi, Tanout, Tahoua, Mali). Corresponde à região menos árida do território nigeriano, sendo portanto a que oferece as melhores condições ambientais para as atividades humanas; sendo, por esse motivo conhecida como a “Níger útil”. A leste, os relevos do Damagaram dividem as drenagem que vertem para o lago Chade (a leste) e para o Atlântico (a oeste). As depressões (bacias) mais argilosas podem constituir-se em ambientes lacustres. Esta região é constituída principalmente por planaltos de composição arenosa, por depressões e por vales reliquias reativados nos períodos chuvosos. Para oeste, o planalto é esculpido pelo vale do rio Níger e vales reliquias do Bosso e Maouri.

2. Aïr: A região é composta por um maciço montanhoso, situado a noroeste do país, estendendo-se por cerca de 300 km de norte a sul e 200 km de leste a oeste; geologicamente constituído por maciços cristalinos e vulcânicos originados por antigo arco estrutural. As altitudes ultrapassam, freqüentemente, 1.000 metros; e o ponto culminante do Aïr é o maciço Gréboun (2.310 metros). A vertente meridional penetra em uma depressão dominada pelo vale de Tiguidit. A vertente oriental limita-se com o Deserto do Ténéré. A oeste, ocorre uma transição mais abrupta para a planície do Talak e vales do Azawak e Tamesna. A região do Aïr apresenta-se, portanto, como uma feição de relevo íngreme ao centro de uma monótona zona aplainada muito árida. As cidades principais são Agadez, Timia e Iférouane.



Figura 02: Localização e fronteiras da República do Niger

FONTE: Glasber, 2003. - ORG: Ferreira, S. C.

Fonte: World Atlas do software Toolworks (versão 4.0)



Figura 03: Localização dos principais centros urbanos na República do Niger

Fonte: www.unesco.org/delegates/niger.

3. Ténéré: Constitui a maior parte do nordeste do país. É formada por uma superfície arenosa muito árida (deserto) que estende-se para leste até as fronteiras com o Chade, e ao norte até os planaltos de Djado, Tigai e Mangueni. Juntamente com o Majabat al Koubra e o deserto da Líbia, compõem a zona mais árida do Saara. A principal cidade é Bilma.

Hidrografia

Devido à curta estação de chuvas e à forte evapo-transpiração, a rede hidrográfica nigeriana apresenta, em seu conjunto, um funcionamento espaço-temporal descontínuo (intermitente).

Destacam-se somente duas grandes bacias hidrográficas no território nigeriano (figura 04):

1. Bacia do Níger: O rio Níger atravessa o sudoeste do país numa extensão de 550 km. Seu débito é permanente, porém apresenta fortes variações entre a estação de estiagem (estação quente: março-junho) e a estação úmida (junho-setembro) quando transborda e invade sua planície de inundação. O rio Níger recebe em sua margem direita alguns afluentes de duração temporária (Goronol, Dargol, Sirba, Diamangou, Tapoa, Mékrou) que drenam as

águas pluviais de Burkina Fasso e Benin. Na margem esquerda, ele recebe os afluentes reliquias do Dallol Bosso e Marouis, nos quais, escoam as águas da região do Saara, desde a vertente ocidental das regiões do Aïr e do Tamesna.

2. Bacia do Chade: Seu nível de base é ocupado pelo lago Chade do qual a República do Níger possui 3.000 km², de sua porção noroeste. O tributário principal do lago, em território nigeriano, é o Komadougou-Yobé, que serve de fronteira com a Nigéria, numa extensão de 150 km. Este rio só é ativo na estação de chuvas.

Dados Climáticos

Em razão de seu posicionamento geográfico (12° de latitude N), o Níger está exposto à uma intensa insolação. Devido à dificuldade de formação de nuvens, as temperaturas geralmente são muito elevadas determinando, mesmo nas regiões mais úmidas, uma excessiva evapo-transpiração (figura 05).

O território nigeriano apresenta três grandes divisões climáticas:

1. Regime árido do Saara: ocorre na região norte/nordeste (Tamesna, Ténéré, Djado, Bilma) onde as precipitações anuais são episódicas e em

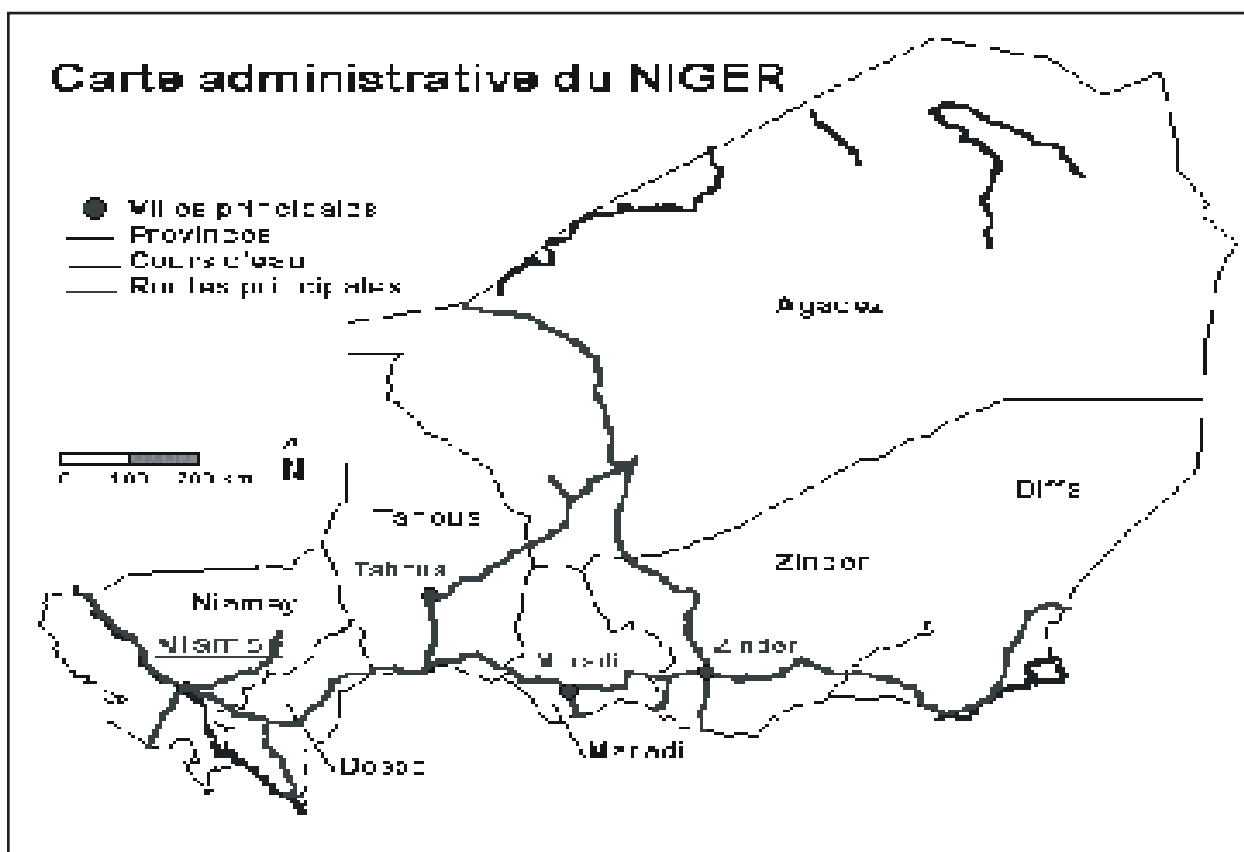


Figura 04: Mapa apresentando as divisões administrativas, principais estradas e rios

Fonte: www.unesco.org/delegates/niger.

geral inferiores a 75 mm/ano (geralmente 20 mm, em média).

2.Regime de transição Saara-tropical: abrange a região do Aïr, de Agadez a Timia. A pluviosidade varia de 75 a 160 mm/ano, com uma certa regularidade.

3.Regime do Sahel: ocorre na região meridional na latitude de Tahoua, com uma pluviosidade que varia de 250 a 800 mm/ano.

Subjetivamente podemos definir três estações ao longo do ano:

- Estação fria: ocorre de novembro a fevereiro e caracteriza-se por uma forte amplitude térmica. As rajadas de vento provenientes do Saara convergindo com as provenientes do Golfo da Guiné, produzem nevoeiros secos.

- Estação quente: ocorre de março a junho, com amplitude térmica mais atenuada. As temperaturas máximas, em média, ultrapassam os 40°C.

- Estação úmida: ocorre de junho a setembro. É caracterizada como inverno, com alta pluviosidade e baixas temperaturas.

Vegetação

As espécies vegetais e suas associações acham-se representadas pelos seguintes estágios biogeográficos, distribuídos sucessivamente do norte ao sul pelo país:

- Estágios saara-mediterrâneo e montanhoso (com precipitações de 75mm/ano): localizam-se nas porções altas dos maciços de Aïr e representam um resquício de vegetação “testemunha” dos episódios climáticos pleistocênicos.

- Estágio saara-sindien (20-150 mm/ano): ocupa todo o norte do Níger, ou seja, mais que 60% da superfície total. Caracteriza por uma distribuição difusa e descontínua de cobertura vegetal. A vegetação se restringe às margens das drenagens e ao longo dos interflúvios. Na planície do Ténére a vegetação tende a desaparecer, somente subsistindo, em alguns lugares, na forma de gramíneas com duração efêmera.

- Estágio saara-sahel (75-200 mm/ano): cobre 10% do país. Assegura a transição entre os dois biomas adjacentes. Caracteriza-se por uma densificação das formações de moitas e arbustos, em particular de acácias que formam um tapete herbáceo com duração temporária.

- Estágio sahel (150-500 mm/ano): ocupa 25% do território nigeriano constituindo-se por uma mistura de formações herbáceas, frequentemente muito densa, que pode alcançar 1 a 2 metros de altura, conforme as espécies. Este tapete é contínuo, mesmo assim sua duração só ocorre após a estação chuvosa. Árvores e arbustos completam a paisagem e sua abundância varia com a

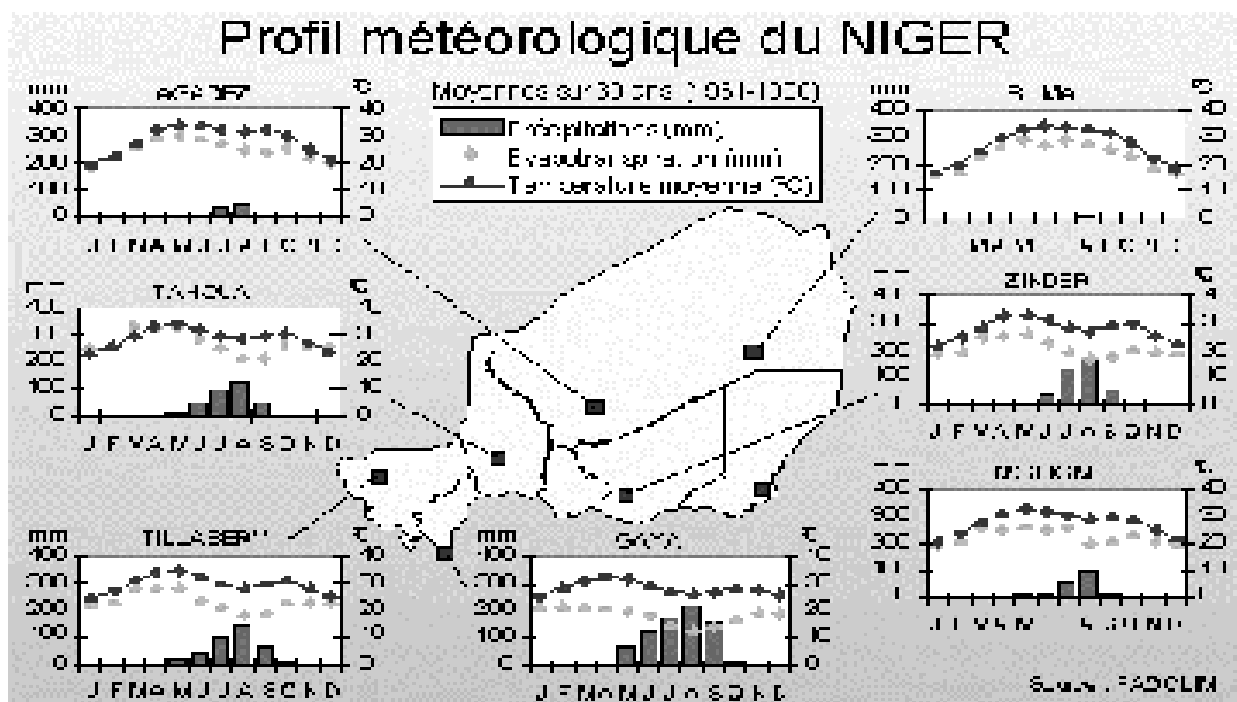


Figura 05: Dados meteorológicos da República do Níger

Fonte: www.unesco.org/delegates/niger.

pluviosidade e condições edafológicas. Em zonas de drenagem, ocorre transições de savana arbórea para “savana-parque” e mata-galeria.

· Estágio soudano-sahel (500-800 mm/ano): ocupa 5% do território, na extremidade sul, onde a pluviosidade é mais elevada (região do W de Níger e Gaya). Este estágio é caracterizado por uma abundância de espécies sudanesas e algumas espécies guineenses que suplantam rapidamente as formações sahelienenses. A morfologia dessa mata esparsa é entrecortada localmente por zonas de savanas e mais adensada ao longo das redes de drenagens pelas matas-galerias mais densas.

Evolução História

Em sua história, o Níger influenciou os destinos de vários grandes impérios ou reinos africanos, feitos estes, que ultrapassavam em muito suas atuais fronteiras.

O Níger foi colônia francesa entre 1922 e 1960, quando obteve sua independência. Desde então, os militares são a força política dominante e freqüentemente entram em choque com os nômades Tuaregues que lutam por sua autonomia.

A história política recente do Níger é caracterizada por uma sucessão de regimes distintos. Em 35 anos de independência, o país vivenciou cerca de seis tipos de sistemas de governo.

· De 1960 a 1974 foi regido por um sistema Monopartidário levado a cabo pelo Partido Progressista do Níger, uma facção da União Democrática Africana (PPN-RDA);

· De 1974 a 1987 esteve sob o regime da Ditadura militar dirigida pelo Conselho Militar Supremo (CMS);

· De 1987 a 1991 ocorreu uma Abertura política monopartidária constitucional sob a atuação do Movimento Nacional pelo Desenvolvimento da Sociedade, Partido-Estado (MNSD).

· Entre 1991 e 1993 ocorreu uma transição democrática denominada Conferência nacional;

· Entre 1993 e 1996 o país vivenciou uma democracia pluralista através do entendimento e cooperação das duas maiores facções políticas divergentes;

· Em 1996/1999 os militares promovem um golpe de Estado e suspendem a Constituição e os partidos políticos;

· A partir de 1999 o Níger torna-se uma República com forma mista de governo, sendo promulgada em referendo uma nova Constituição com a promessa de democratização do país.

A IMPLEMENTAÇÃO E O DESENVOLVIMENTO DO PROJETO MARADI

Durante o período de 1980 a 1988, o volume de precipitações se caracterizou por um déficit anual de 150 a 200 mm em relação aos anos 1960-70. Dois anos particularmente secos (1984 e 1987) provocou uma crise econômica e social séria na região de Maradi causando a descapitalização dos agricultores. Os rendimentos e a produtividade foram baixos. Os recursos em água subterrânea diminuíram. A dissolução da UNCC/CNCA levou à ruptura total das provisões e financiando durante três anos. As políticas nacionais que geram preço agrícola, crédito e trocas com a Nigéria não foram claras.

Depois de um período muito ativo entre 1981 e 1983, o projeto conheceu um período de séria crise entre 1983 e 1985 levando-o a uma reordenação, causando a demissão do corpo de disseminadores do projeto, a redução de meios de funcionamento e, sobretudo, as incertezas e hesitações para a implementação de novos conceitos, tais como, o auto-enquadramento dos agricultores, o R/D, o PAIC, etc. Somente no início de 1986 é que o projeto empreendeu um certo nível de atividade, em particular com o PAIC, progressivamente. Após a reordenação, os componentes essenciais, tais como crédito agrícola, ações dos agricultores e o setor da pequena irrigação registraram uma forte queda orçamentária.

Com relação à produção, o projeto promoveu as seguintes melhorias:

· Equipou 2.093 beneficiários com tração animal;

· Forneceu 4.414 ton. de adubo entre 1983-84 e 1985 (a crédito); e 1.332 ton. de adubo para 99 aldeias entre 1986-87 (sob forma de dotação pelos bancos de adubo pertencentes ao quadro do PAIC);

· Distribuiu 2.500 ton./ano de sementes até 1983.

Durante o período de 1981 a 1984, o projeto distribuiu 520 ha de terras na área irrigada de Djiratawa, ou 70% do objetivo previsto (740 ha); porém, a implementação do projeto passou por grandes problemas e significativos conflitos. O projeto transferiu a administração das áreas irrigadas, progressivamente, para cooperativas de irrigação que não estavam aptas a administrar corretamente. Até 1985, o projeto subsidiou fortemente o funcionamento da área irrigada (até 40% de custos), e então, este subsídio entrou em regressão (20%), permanecendo até 1987. Apesar disto, os camponeses apenas pagaram suas dívidas parcialmente, em decorrência da pequena renda, fato esse devido à baixa produtividade e baixos preços dos produtos, como também, de uma administração pouco rigorosa.

De 1985 a 1987, as ações do PAIC, alcançaram 392 agricultores em 176 aldeias. Entre estas, 313 ações (80%) foram destinadas a promover impacto direto na produção: bancos de adubo, postos de mercado, etc. Estas ações foram acompanhadas e sustentadas por um importante programa de formação.

Em 1987, avaliando as insuficiências das operações pontuais, o projeto propôs a implementação do Programa de Desenvolvimento do Aldeão (PVD) que introduz a noção de programação das ações e mobiliza melhores recursos humanos da aldeia (pelo auto-enquadramento). No final de 1987 e início de 1988, 60 PVDs estavam sendo preparados e deveriam realizar-se progressivamente.

Após Maradi I (1977/1983), o projeto organizou um serviço de pesquisa aplicada (R/A) que executou um projeto de acompanhamento clássico muito ligado à popularização. Em 1984, é dada uma nova orientação à pesquisa, com uma aproximação de R/D articulada em três partes:

- melhoria do conhecimento do meio;
- experimentação de inovação técnica e organizacional;
- transferência de crédito aos camponeses.

A R/D concentrou suas ações em oito aldeias e, em razão disso, configurou-se como uma ação-teste de alcance limitado e relativamente isolada no plano de popularização. A experimentação agrônômica foi alcançada de modo satisfatório, mas permaneceu clássica e estabelecida em meio controlado. As mensagens técnicas e recomendações foram transferidas com dificuldade no meio camponês.

A USE realizou um trabalho investigativo considerável, porém aquém das metas estabelecidas. Participou extensivamente dos trabalhos de diagnose regional no quadro do R/D, o que mobilizou uma grande parte de sua energia. Empreendeu numerosas investigações de caráter descritivo e estatístico que mereceria ser melhor analisadas e exploradas; por outro lado, a USE não mediu os efeitos das diferentes ações do projeto nas práticas tradicionais dos camponeses. As únicas medidas de impacto que foram alcançadas referem-se à formação do CPR, mas as observações feitas não modificaram a orientação do projeto nesta área. Ela não seguiu corretamente certas ações fundamentais do projeto como o PAIC ou ações no setor irrigado.

Ao nível da organização rural, a realização de 392 ações a aldeões, permitiu identificar os verdadeiros problemas da dinâmica na aldeia e estabelecer algumas relações estreitas entre sócios e evoluir para a noção de Programa de Desenvolvimento do Aldeão (PVD). Algumas dinâmicas interessantes foram criadas com efeito positivo no projeto, apesar do impacto limitado dos vários empreendimentos de ações nos quadros do PAIC.

Conclusões e Recomendações do Projeto

1. Manter Maradi no projeto, fomentando a análise do meio, a compreensão do mundo rural e a intervenção no meio aldeão;

2. Capitalizar as numerosas informações coletadas pela USE como também os resultados das atividades do R/D;

3. Aprofundar os temas técnicos relativos à melhoria do uso dos solos, de adubos e a multiplicação de sementes;

4. Ajudar os agentes do auto-enquadramento tornarem-se sócios privilegiados e os incentivar em ações onde eles são contratados diretamente.

Por fim, a experiência de Maradi II demonstrou que apesar das dificuldades, existe na região um contexto favorável para os investimentos agrícolas. Os PVDs foram uma iniciativa bem sucedida para o projeto Maradi II, pois disponibilizou conteúdo técnico mais consistente, reforçando a formação do camponês, e o papel do apoio técnico. Em resumo, propõem-se uma melhor harmonização dos projetos de desenvolvimento nas aldeias com as outras operações de desenvolvimento na região.

Um novo programa de popularização agrícola teve início em 1988 com o apoio técnico e financeiro do Banco Mundial. Este programa foi inspirado essencialmente no método de Formação e Visitas. O Programa de Reforço de Serviços e Apoio à Agricultura (PRSAA) através de sua Unidade de Coordenação teve a incumbência de dirigir e administrar esta nova abordagem. Neste novo contexto, os agentes de base trabalharam com os Produtores de Contato (PC) organizados em Grupos de Contato (GC).

O estudo do funcionamento dos grupos de contato evidenciou a importância das relações de parentesco e de poder no seio destes grupos. Por outro lado, o número de mulheres atingidas por este programa era muito baixo; e além disso, os jovens de 15 a 25 anos eram pouco representados nos GCs. Notou-se que a maioria dos produtores de contato eram chefes de exploração, o que lhes conferiam poder para decidir mudanças na conduta das atividades de produção agrícola.

Ficou evidenciada também, a necessidade de uma cadeia eficiente de distribuição de insumos, cuja falta dificultou a correta adoção de medidas adequadas. Além disso, percebeu-se que um grande número de medidas e recomendações técnicas não eram novidades para os agricultores. Alguns camponeses mostram um certo ceticismo devido aos grandes obstáculos naturais existentes (seca, baixa fertilidade dos solos, etc.), para os quais, a popularização do programa agrícola pareceu impotente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Indiscutivelmente, o ponto crítico na implantação do projeto Maradi, se refere à maneira como a intervenção foi concebida. O projeto acabou se distanciando da realidade dos problemas que deveriam ser resolvidos. Qual a razão desse distanciamento? – Concordamos com Raynaut (1999) que, seria muito fácil reduzir os aspectos funcionais de um programa de desenvolvimento ao seu objetivo oficial básico técnico-econômico. Procedendo dessa forma, esqueceu-se que o programa faria parte da história, tanto atual, como daquela mais antiga e mais ampla, que envolve relações entre as comunidades camponesas e os modelos de desenvolvimento.

Por outro lado, Raynaut faz uma crítica às glórias alardeadas nos pontos onde o projeto obteve seus melhores resultados. Assegura que a popularização dos métodos técnicos não se iniciou com esse projeto; mas sim, durante o período colonial, quando ocorreram muitas intervenções agrícolas, cujas iniciativas partiram não somente dos serviços administrativos, com a criação das *Sociétés Mutuelles de Développement Rural (SMD)*, como também do *Sudan Interior Mission*, uma organização confessional nigeriana muito poderosa e que organizou, próximo a Maradi, algumas escolas para treinamento agrícola. Após a independência, esse trabalho teve prosseguimento através da *Union Nigérienne de Crédit Coopératif (UNCC)* e pelo departamento de agricultura local. Todos esses diferentes esforços obtiveram somente um sucesso relativo, principalmente porque naquela época, havia ainda muita terra disponível para que os agricultores pudessem sentir a necessidade de mudanças técnicas. Mais do que isto, as condições econômicas globais (os níveis de impostos, os preços agrícolas) desencorajavam o investimento dos camponeses (RAYNAUT, 1999).

Entretanto, novas técnicas foram se infiltrando progressivamente na sociedade rural e uma pequena minoria, que já dispunha de melhores condições, começou a comprar implementos de tração animal. Neste sentido, não foi por acaso que a área onde a extensão rural obteve maior sucesso, coincidissem com a área onde se concentraram esforços, já por mais de meio século.

Outra importante razão, para explicar a indagação inicial reside na intransigência do Banco Mundial a qualquer esquema que pudesse impedir a aplicação de seus próprios critérios de rentabilidade financeira. Grupos de peritos sucessivamente enviados pelo Banco, rejeitaram a idéia de que a intervenção devesse abranger a totalidade da região. Insistiam no fato de que o Projeto deveria se limitar às áreas mais meridionais, onde o índice de chuvas era mais favorável e para onde um acordo de empréstimo poderia obter maior rentabilidade financeira. O Banco foi também relutante em concordar com qualquer esquema de gestão da terra, já que esta deveria ser realizada pelas comunidades locais. Para melhorar a produtividade das culturas, preferiram concentrar seus esforços na

popularização de opções técnicas que já haviam sido “experimentadas e testadas” em laboratórios de pesquisa.

As autoridades nigerianas, especialmente a Comissão para o Desenvolvimento, se opuseram a essas exigências e a disputa continuou até 1974, ano marcado por uma seca devastadora e também por um golpe de Estado, no qual os militares tomaram o poder. O novo regime era muito mais simpático às idéias do Banco Mundial que, naquela época, também acenava com previsões quantitativas na melhoria da produção e, mais importante, foi contra a estratégia de desenvolvimento que havia colocado muita ênfase no programa de mobilização rural - considerado suspeito também pelos novos donos do poder, em virtude de suas conotações “políticas”. Foi assim que em 1976, o Projeto Maradi tomou corpo, alinhando-se, em grande parte, às recomendações do Banco Mundial. Isto representou o triunfo de uma abordagem técnica sobre um processo integrado, que já havia adquirido uma dinâmica coletiva e que contava com uma liderança camponesa que havia organizado seus pontos de contato na comunidade rural.

Entretanto, daquele momento em diante, a maioria dos recursos destinados ao desenvolvimento rural na região foi monopolizado pela estrutura recentemente instalada. Com o passar dos anos, os abusos e a corrupção tornaram-se generalizados (RAYNAUT, 1999).

Essa deterioração sofreu uma interrupção em 1984, por iniciativa de certas forças políticas e do próprio agente financiador que, nesse meio tempo, havia mudado sua concepção de desenvolvimento e estava agora convertido às virtudes de um “desenvolvimento com base comunitária”. As estruturas administrativas foram consideravelmente reduzidas e foram despedidos centenas de funcionários. Ao mesmo tempo, esforços estavam sendo feitos para reorientar a ação desenvolvimentista, consoante com uma abordagem mais flexível, mais colada às realidades regionais. Apesar dessa reorientação, o peso da estrutura interna do Projeto se mostrou muito importante. Mas, após vários anos reinando sozinho, a hostilidade que se concentrava ao seu redor era enorme para que a experiência pudesse ser bem sucedida.

Para finalizar, entendemos que o Projeto Maradi não teve uma atuação puramente técnica, a nível de agente de um programa de desenvolvimento distanciado da realidade social. Pelo contrário, corroboramos as considerações de Raynaut (1999) de que o Projeto foi um instrumento dinâmico da aplicação de estratégias múltiplas, ao longo do tempo, sempre objetivando o progresso da agricultura. As razões, porém, para que o mesmo não tenha atingido a plenitude das suas metas, podem ser assim resumidas:

·A preocupação do poder nacional, era estabelecer e manter o controle sobre as populações locais.

·Para o poder dominante e burocracia locais, era uma oportunidade para se obter vantagens do considerável aporte financeiro.

·O Banco Mundial, outrora reticente, decidiu-se pelo início da implementação do projeto no momento, talvez, mais inoportuno; quando o país estava social, política e economicamente mais debilitado.

·Com relação às comunidades camponesas, estas não se tornaram insensíveis à reviravolta do discurso em relação ao desenvolvimento e nem ao abandono da abordagem “participativa”, na qual alguns de seus membros haviam se envolvido pessoalmente. Tanto quanto o abuso cometido no período anterior, a mudança veio alimentar suas dúvidas em relação a um aparelho administrativo que lhes parecia uma estrutura de poder movido muito mais pela sua própria lógica, do que como um parceiro com o qual se pudesse investir uma confiança duradoura. Não se deve esquecer que, embora projetos e equipes de trabalho se sucedam ano após ano, pensando a cada vez que estão partindo do zero, os camponeses conservavam na memória todas as tentativas abortadas e as promessas não cumpridas!

REFERÊNCIAS

CAPRA, Fritjof. *O Tao da Física, um paralelo entre a física moderna e o misticismo Oriental*. São Paulo: Cultrix, 2000.

CARTE *détailé du Niger*. Disponível em: www.izf.net/izf/documentation/cartes/pays/supercartes/niger

- CAUSSE, E. *Diaporama Eric Causse*. Disponível em: www.interlog.fr/causse/le_niger.
- CIA – *The World Factbook-Niger*. Disponível em www.cia.gov/publications/factbook/geos/ng
- CREMA, Roberto *Introdução à Visão Holística. Breve relato de viagem do velho ao novo paradigma*. São Paulo: Summus editorial, 1989.
- D'AMBRÓSIO, Ubiratan. Uma visão Holística de Espécie. in *Educação para uma sociedade em transição*. Campinas: Papirus, 1999.
- ÉTUDE de cas: le projet de développement rural de Mayahi-Niger Maradi. Disponível em: www.cnearc.fr/francais/site3/ri/pays/stage_niger/stage_niger.html
- ÉTUDE sur le Niveau d'adoption des technologies vulgarisées par le projet de développement rural d'agué et leus impact au niveau des producteurs dans la zone d'intervention du projet. Disponível em: www.bunecenligne.com/Etude_PDRA.html
- GEORGE, Barcat. Entrevista Exclusiva com Jean Charon, Thot, n. 45, São Paulo, Palas Athena, 1987.
- NIGER, Second projet de développement rural de Maradi (037 – NG). Disponível em: www.ifad.org/evaluation/public_html/eksyst/region/pa/niger/r037ngcf.html
- PELIZZOLI, M. L. *Correntes da Ética Ambiental* Petrópolis/RJ, Vozes, 2002
- RAYNAUT, Claude. Desenvolvimento e as lógicas da mudança: a necessidade de uma abordagem holística. *Desenvolvimento e mudança*, Curitiba, p.81-103, 1999.
- The Software Toolworks World Atlas, version 4,0
- UNESCO. Benvenue a la Delegation du Niger. Disponível em: www.unesco.org/delegates/niger. Acesso em abril/2002